



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

UNFAIR PLAYERS: O QUE A COPA DO MUNDO TEM A VER COM AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO?

MIRANDA, Isabella Gonçalves

Doutoranda em Pós-colonialismos e Cidadania Global

Universidade de Coimbra

bellagm2@hotmail.com

MERLADET, Fábio André Diniz

Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global

Universidade de Coimbra

fabioandredm@hotmail.com

Resumo

As manifestações de junho de 2013 no Brasil levaram milhões de pessoas às ruas e abalaram o cenário político de centenas de cidades do país fazendo emergir uma enorme diversidade de pautas políticas. O significado de tais protestos ainda hoje se encontra em disputa, entretanto, pode-se verificar um ponto de convergência entre a pluralidade das vozes rebeldes das ruas: a insatisfação com a condição de vida nas cidades, que hoje se expressa pela politização crescente da crítica à Copa do Mundo. Para analisar esse contexto de conflitualidade recorreremos ao método do estudo de caso alargado na cidade de Belo Horizonte. Analisamos as lógicas de produção da cidade relacionadas ao megaevento e a formação de articulações entre as diferentes comunidades e grupos sociais para resistir a um modelo de cidade excludente, radicalizado e visibilizado pela realização do Mundial.

Abstract

The protests of June 2013 in Brazil led millions of people to the streets and shook the political landscape of hundreds of cities across the country giving rise to a diversity of political agendas. The significance of such events is still in dispute, however, one can see a point of convergence between the plurality of voices of the street rebels: dissatisfaction with the condition of life in the cities, which today is expressed by the growing politicization of the debate about the World Cup. To analyze this context of conflict we used the the extended case study method in the city of Belo Horizonte. We analyze the logic of production of the city related to the mega event and the creation of articulations between different communities and social groups to resist an exclusionary model of city, which is today radicalized and visualized by holding the World Cup.

Palavras-chave: Megaeventos; Copa do Mundo; Violações de direitos humanos; Revoltas da Indignação; Belo Horizonte.

Keywords: Mega events; World Cup; Human rights violations; Revolts of indignation; Belo Horizonte

1. Introdução

Os megaeventos, assim como os megaprojetos de desenvolvimento, são, por excelência, contextos de radicalização das lógicas do capital financeiro e imobiliário nas cidades, que intensificam os processos de mercantilização da vida, dos serviços e espaços públicos, e a exclusão urbana. A Copa do Mundo e as Olimpíadas são a expressão mais fidedigna do atual padrão de urbanização neoliberal das cidades, pois como mostram trabalhos comparativos entre a África do Sul, a Alemanha e o Brasil os megaeventos instauram condições de exceção para promover transformações estruturais à revelia da institucionalidade e dos processos democráticos de participação (de Paula e Bartelt, 2014). No Brasil, na conjuntura recente de ampliação da contestação social nas cidades brasileiras, a resistência a esse modelo excludente de cidade teve também a sua expressão mais contundente e alargada.

Higienização do centro das cidades, remoção de comunidades pobres das áreas de interesse do capital imobiliário, privatizações, substituição dos espaços de economia popular por grandes centros comerciais, flexibilização da legislação urbanística e criação de novos tipos penais se transformaram na regra de produção e reestruturação do espaço urbano no contexto de preparação para a Copa do Mundo, em especial nos países marcados por fortes desigualdades sociais.

Essa constatação fez com que desde 2010 se articulassem no Brasil movimentos sociais, coletivos universitários, organizações da sociedade civil, grupos e comunidades ameaçadas pela Copa para construir nas 12 cidades-sede Comitês Populares da Copa, articulados nacionalmente pela ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa). Em cada localidade, esses grupos realizam um importante trabalho de denúncia e organização da resistência às violações de direitos, sempre em contato com outros movimentos e processos contestatórios urbanos.

A partir da realidade de cada cidade, os comitês produziram o Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos onde mostram que a realização da Copa do Mundo desestruturou a vida de mais de 250.000 brasileiros. No país as situações mais graves dizem respeito à violação do direito à moradia, à higienização dos centros urbanos, à violação do direito ao trabalho, ao risco de exploração sexual de crianças e adolescentes, aos gastos públicos e inversão de prioridades orçamentárias, e à criminalização dos movimentos sociais e do protesto.

Entretanto, essas violações permaneciam, em grande medida, invisibilizadas pelos meios de comunicação e pelo próprio Estado. Até que em junho de 2013, durante a Copa das Confederações, eclodiram as manifestações de grandes proporções, primeiramente em razão do aumento do preço do transporte urbano em São Paulo e Porto Alegre, e depois por uma multiplicidade de pautas e agendas que reivindicavam mudanças estruturais no país para a garantia dos direitos sociais e da democracia. As chamadas Jornadas de Junho levaram milhões de pessoas às ruas e abalaram o cenário político de centenas de cidades do país fazendo emergir uma enorme diversidade de reivindicações, bandeiras de luta, e palavras de ordem. O significado de tais protestos ainda hoje se encontra em disputa, entretanto, pode-se verificar um ponto de convergência entre a pluralidade das vozes rebeldes das ruas: a insatisfação com a condição de vida nas cidades.

Nesse artigo pretendo analisar os protestos que ocorreram em uma das principais capitais do país, Belo Horizonte, que foi sede da Copa das Confederações e será sede da Copa do Mundo. Nesta cidade, a questão do direito à cidade e da precariedade dos direitos sociais foi problematizada a partir da convergência de diferentes atores políticos em torno da resistência à realização da Copa do Mundo no Brasil.

Durante o mês de junho mais de cem mil pessoas marcharam de encontro ao estádio de futebol, o “Mineirão”, nos três dias em que Belo Horizonte foi sede de jogos da Copa das Confederações. A cada marcha, os manifestantes se depararam com barreiras no limite da zona de exclusão demandada pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association), e todas as vezes que prosseguiram exercendo o seu direito à livre manifestação, foram violentamente reprimidos pela força policial.

Os protestos em Belo Horizonte adquiriam um caráter mais “Anti-copa” e mais popular a cada grande marcha. A impossibilidade de chegar ao estádio “Mineirão”, anteriormente palco de jogos acessíveis às

classes populares, refletia a realidade de mais um espaço da cidade que havia sido privatizado, transformado em um grande complexo esportivo reestruturado para o mercado mundial conforme as exigências da FIFA. Mas não foi apenas aí que a FIFA foi contestada, em todas as cidades os protestos exigiam tratamento “padrão FIFA” e questionavam a realização do mundial.

“*Where is the fair play?*” - perguntava o presidente da FIFA Josef Blatter à população brasileira que o viajava na estréia da Copa das Confederações. Nos dias subsequentes a população mineira, se autointitulando *Unfair Players*, o respondeu contestando as regras do jogo imposto pela FIFA.

2. A Copa do Mundo e as violações de direitos em Belo Horizonte

Belo Horizonte, em pouco mais de quatro anos teve um investimento massivo de recursos do governo federal, 11% dos R\$28 bilhões declarados na matriz de responsabilidades da Copa. Esses gastos deixam de fora ainda a isenção de impostos à FIFA e às empresas parceiras e os gastos indiretos, como o caso do orçamento da segurança pública. Além disso, é necessário considerar ainda a inversão na matriz orçamentária do município e do Estado. Em Belo Horizonte o gasto previsto com a Copa é equivalente à 17% da receita anual do município.ⁱ Esses recursos expressivos, que fazem falta às outras áreas, poderiam ser gastos na finalização de hospitais, que foram iniciados antes da reforma do estádio Mineirão, por exemplo. Mas saúde e educação parecem não ser a prioridade do governo municipal e estadual, uma vez que o prefeito chegou a entrar com uma ação para fazer um corte de verbas na educação justificando a necessidade de investimento para a Copa.ⁱⁱ

Os gastos da Copa não incidem apenas na construção de estádios elitizados e entregues à exploração privada, mas também na requalificação do espaço urbano com obras de infraestrutura e mobilidade que mobilizaram grupos econômicos e políticos locais e internacionais na produção das cidades. Tais obras de infraestrutura, que poderiam deixar um importante legado para a capital mineira, foram realizadas com pouca participação da sociedade civil, superfaturamento e, principalmente, envolvendo processos desumanos de remoção de comunidades pobres.

Além da especulação imobiliária ocasionada pela realização do Mundial, que atinge particularmente as famílias pobres e que vivem em casas arrendadas, no Brasil mais de 250.000 pessoas foram removidas ou ameaçadas de remoção em decorrência das obras de infraestrutura realizadas para a Copa. As violações do direito à moradia em Belo Horizonte estão entre as mais problemáticas, cerca de 14.000 pessoas foram removidas ou ameaçadas de remoção nos últimos quatro anos nas seguintes localidades: Avenida Antônio Carlos; Avenida Pedro I; Boulevard Arrudas; Avenida Tereza Cristina; Avenida Cristiano Machado; Avenida Pedro II; Via 210; Anel Rodoviário.

Negativa de regularização fundiária, despejos violentos, truculência por parte da Polícia Militar e do poder municipal, chantagens e pressão psicológica são algumas das artimanhas usadas para obrigar as famílias a saírem de terrenos que ocupavam há décadas e dar lugar aos empreendimentos da Copa. O megaevento agravou o cenário da situação habitacional no Estado de Minas Gerais, que segue um modelo excludente e segregador observado por todo o país: de um lado, políticas de incentivo e execução de obras públicas e flexibilizações na legislação beneficiando os setores imobiliários de luxo e grandes empreendimentos viários, de outro, uma tímida política habitacional para as populações de baixa renda.

A preocupação em tornar a cidade atrativa para turistas e olhares externos é patente. Com isso, acirraram-se também as investidas contra ocupações urbanas e comunidades pobres localizadas em áreas de interesse do capital imobiliário. A situação é extremamente preocupante no caso da população em situação de rua, que é violentamente expulsa dos centros urbanos ou mesmo encarcerada durante o megaevento, como ocorreu no ano anterior na Copa das Confederações.

Mesmo assim, a FIFA e os governos justificam a realização da Copa do Mundo argumentando que ela trará muitos empregos e rendas para a população. Mas a grande maioria dos trabalhos gerados pela Copa são empregos temporários nas obras infra-estruturais e estruturas de hotelaria. Além disso, nas obras da Copa o valor do trabalho em si, é flexibilizado em nome de cronogramas de obras insensatos. A FIFA estipulou que

as obras dos estádios deveriam ser concluídas antes de 31 de dezembro de 2012. A pressão para que as obras fiquem prontas é muito intensa e contribui para atropelos legais nas mais diversas modalidades, desde as licitações até as normas trabalhistas.

As precárias condições de trabalho na construção civil tiveram como consequência acidentes e mortes, agravando o histórico brasileiro de acidentes, que marca a morte de um operário a cada dia. Além disso, ressaltam-se as condições precárias de trabalhadores migrantes no país que são submetidos a condições precárias de moradia e acesso aos serviços públicos e ainda são alvos de esquemas de migração, como o caso das comunidades haitianas que tendo o seu país permanentemente ocupado por tropas brasileiras, estão aos milhares nas atividades da construção civil em Belo Horizonte.

A Copa gera poucos empregos permanentes, muitos trabalhos precários e contribui para a desestruturação da economia popular, uma vez que as regras de licitação para o comércio na Copa beneficiam apenas empresas multinacionais. Nos estádios brasileiros, é tradicional a venda de alimentos típicos, bebidas e outros itens em seu entorno por 'vendedores ambulantes' tais como os barraqueiros do Mineirão, as Baianas do Acarajé e as feiras de artesanato. Em Belo Horizonte mais de 4.000 profissionais autônomos, que já eram regularizados e trabalhavam de acordo com normas municipais e exigências sanitárias, foram retirados dos seus postos de trabalho em decorrência da reforma e privatização do estádio.

Outro grave problema diz respeito à violação dos direitos de crianças e adolescentes. O histórico dos megaeventos pelo mundo revela um dado preocupante: em Copas e Olimpíadas a exploração sexual de crianças e adolescentes cresce, além do tráfico de pessoas. Isso sem contar que as empresas associadas à FIFA estimulam a "venda" da imagem da mulher brasileira objetificada, estimulando o turismo sexual de forma absolutamente racista e sexista. A FIFA exime-se de qualquer responsabilidade e os governos locais, por sua vez, não apresentam campanhas de prevenção a esses abusos, pelo contrário, flexibilizam os requisitos migratórios para facilitar a entrada e saída de torcedores e decretam férias escolares, retirando das crianças um espaço de proteção e promoção do pleno desenvolvimento.

Não é difícil perceber quem ganha e quem perde com a realização do Mundial em 2014 no Brasil. Estão envolvidos muitos interesses poderosos nesse evento e, ao que tudo indica, os perdedores de tudo isso são os condenados de sempre: os pobres que não podem nem sonhar em comprar qualquer um dos ingressos para os jogos; que não obterão lucro algum com o evento por serem proibidos de nele comercializar; que terão trabalhos provisórios durante a Copa, mas não emprego estável; que persistem em morar nos centros urbanos resistindo às pressões do mercado imobiliário e do Estado, que de diversas maneiras os tenta expulsar.

Eles são os excluídos do Brasil e serão os excluídos da Copa. O futebol como celebração da igualdade racial brasileira é desmascarada então como um evento transitório e particular, que representa mais a imagem de Brasil que se deseja do que a verdadeira realidade brasileira. Por mais que o Brasil tente provar aos cinco continentes que aqui nesse país negros e brancos convivem em grande harmonia, as caras brancas estarão em absoluta maioria nas arquibancadas, e as negras bem longe dos estádios.

3. A formação do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa e de outros coletivos urbanos insurgentes

A cidade do capital avança, mas avançam contra ela todas e todos que não admitem que o espaço urbano, enquanto possibilidade de vida e de encontro, se esvazie ou se exproprie. Com o avanço das lógicas privatistas de gestão das cidades durante os governos municipais e estaduais recentes, Belo Horizonte assistiu ao crescimento recente de processos contestatórios urbanos. Nos últimos cinco anos ocorreram dezenas de marchas, ocupações de praças, viadutos e, principalmente, ocupações de terras para fins de moradia popular.

No âmbito da teoria social da primeira década desse século, uma série de autores vieram a argumentar que a ação dos movimentos sociais no Brasil passou a confluir de forma a transformar o Estado desde a redemocratização do país em 1988, com a abertura de novos canais à participação democrática (Avritzer, 2010). Outros autores, como Maria da Glória Gohn (2011) e Angela Alonso (2009), sugeriram,

por sua vez, que haveria um refluxo da ação dos movimentos também pela ascensão das organizações do terceiro setor.

De maneiras diferentes o que esses autores tentam caracterizar é um período em que o número de manifestações nas ruas haveria diminuído, assim como teria deixado de ser central o recurso às ações diretas extra-institucionais tais como ocupações, marchas, destruição de símbolos do poder, etc. Contrariamente, o que se percebe nos últimos anos em Belo Horizonte e em outras cidades do Brasil, tais como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza e São Paulo é a intensificação do descontentamento e descrença relativamente aos canais políticos de participação instituídos, e a crescente emergência das ações diretas.

O avanço das lógicas de especulação financeira e imobiliária, na privatização das políticas de moradia, segurança e infraestrutura, traduzidas dentro do paradigma das parcerias público-privadas impulsionaram a construção e consolidação de uma série de atores coletivos urbanos, desde movimentos sociais de sem-teto, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, as Brigadas Populares e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Movimentos pelo Passe Livre, *mídias* alternativas, movimentos de mulheres, movimentos da juventude negra e até organizações políticas, fóruns de debate autônomo e movimentos culturais, muitos dos quais pautados na resistência contra um modelo militarizado de cidade empresa (Vainer, 2002); (Maricato, 2011); (Rolnik, 2012, 2013).

Entre os movimentos urbanos e articulações constituídas ou fortalecidas recentemente pelo aumento da politização da questão urbana está o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC), que é organizado por pessoas de diversos setores da sociedade que buscam discutir e entender os processos ativados para a realização da Copa do Mundo de 2014, atuando em Belo Horizonte, uma das cidades-sede desse megaevento.

O COPAC, desde 2010 organiza a resistência a processos de remoção forçada de comunidades e trabalhadores e de contestação à cidade de exceção. Entre os principais trabalhos que realizaram estão: a resistência às remoções da Vila UFMG, das Torres Gêmeas e da Rua Lótus; a luta pelo trabalho junto aos barraqueiros do Mineirão e feirantes do mineirinho; a conquista de uma sentença judicial que proíbe a recolha dos pertences das pessoas em situação de rua e a criação de um grupo da sociedade civil para o monitoramento das ações higienistas; atividades públicas como marchas, protestos e “Copeladas” na cidade;ⁱⁱⁱ participação e realização de seminários e aulas públicas; produção de informações e denúncias; e, recentemente, a realização do “I Encontro dos Atingidos: quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos”, o primeiro grande encontro da articulação que reuniu atingidos pelos megaeventos de todo o Brasil.

Assim como outros atores coletivos urbanos, como o Movimento Passe Livre, o COPAC se organiza de forma descentralizada e parte de uma rejeição às limitações das formas institucionalizadas de participação para valorizar a pressão política e a ação direta:

É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais – que se dá a verdadeira gestão popular. (MPL, 2013).

Nesse trabalho defendo que esses atores coletivos são parte importante da pradaria e da fagulha que incendiou o país durante as Jornadas de Julho. Embora nas manifestações tenham participado milhares de pessoas, com uma pautas de reivindicações extremamente diversas, e tendo em conta a importância das redes sociais descentralizadas na convocação dos protestos, arrisco argumentar que foram principalmente pessoas organizadas em espaços de articulação, tradução e deliberação “face a face”, que realizaram o trabalho subterrâneo construindo contornos políticos para as ações coletivas naquele mês de junho. Até certo ponto, estreito e disputado, eles foram sujeitos decisivos na convocação dos protestos e na construção de contra-informação *midiática*, discursos e narrativas à esquerda sobre o significado político de estar nas ruas, travando uma difícil disputa com os grandes meios de comunicação e outros grupos sociais e políticos.

4. As Jornadas de Junho no contexto da Copa das Confederações

Embora as condições da pradaria sociopolítica brasileira estarem, de fato, extremamente áridas nas grandes cidades brasileiras não é apenas isso o que explica a emergência e a massificação dos protestos. É necessário ter em conta também outros fatores como o espaço-tempo em que as revoltas ocorreram: o Brasil estava no mês da Copa das Confederações e havia a presença da *mídia* internacional; eram acentuadas e desmedidas as proibições às manifestações e sua repressão; foi grande o impacto das *mídias* e redes sociais na circulação de informações e comunicações sobre os protestos; existem ainda outras questões referentes às relações humanas, os sentimentos, os desassossegos e inquietações, que geralmente são excluídos da análise social e política e que esse trabalho tenta abordar de forma sutil.

Em Belo Horizonte, há vários meses organizavam-se reuniões entre coletivos, movimentos sociais e pessoas em geral para planejar uma agenda de lutas durante a Copa do Mundo. As reuniões, convocadas pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC) em Belo Horizonte reuniam comunidades ameaçadas de remoção, trabalhadores informais organizados, e os mais diversos movimentos sociais da cidade, desde anarquistas até sindicatos.^{iv} Nessas reuniões nunca se imaginava que os atos programados teriam tanta adesão antes dos incidentes de São Paulo e Porto Alegre.

Logo que chegaram as notícias sobre a repressão policial aos movimentos pela redução da tarifa em São Paulo e Porto Alegre, não apenas pela *mídia*, que as definia como ações irracionais de “vandalismo”, mas principalmente pelas redes sociais, uma inquietação começou a pairar no ar. No dia do primeiro ato convocado pela articulação de coletivos urbanos, junto ao COPAC, a polícia cercava os espaços. Embora naquele mês as manifestações em ruas estivessem proibidas por uma decisão da justiça estadual, requisitada pelo governador, o evento aconteceu e foi seguido por uma marcha de mais de 20.000 pessoas pela redução da tarifa em Belo Horizonte, também convocada pela articulação que se havia formado.

Nesse primeiro momento esteve em destaque não apenas a pauta da mobilidade urbana, mas principalmente a defesa do direito de manifestar. Em um lapso de poucos dias desde essa primeira marcha, a *mídia* começou a transformar o seu discurso com relação aos eventos em outras partes do Brasil. O que explica tal mudança, ninguém sabe ao certo. Houve o fato de que os jornalistas dos grandes meios de comunicação foram agredidos pela polícia em pleno centro da cidade de São Paulo, mas, principalmente, é importante perceber o papel da contra-informação na redução da eficácia da mensagem *mediática*, que a forçou a reelaborar sua estratégia.

A tese de que os públicos comunicacionais seriam “rebanhos tolos” frente ao poderio dos meios de comunicação (Chomsky, 2002) se revelava insuficiente na medida em que as informações televisionadas e o discurso mediático encontravam limites na construção de imagens e metáforas sobre a realidade frente às discussões e percepções que circulavam em outros espaços físicos e virtuais. Como explica Mendes (2004), o papel da *mídia* não deve ser superestimado, pois ela, embora poderosa, é apenas a ponta do iceberg da comunicação social. Mas tampouco pode ser subestimada, pois um dos papéis centrais da *mídia* é pautar os temas que irão ser discutidos em outros espaços.

De fato, em poucos dias as ruas, agora pautadas positivamente pelos grandes meios de comunicação, se encheram de pessoas e pautas das mais diversas possíveis, difusas e concretas, de esquerda e de direita. Juntas, essas pessoas puderam se olhar, se entender, se agredir em muitos casos, e comungar do sentimento de estarem ali, marchando juntas. A experiência da presença corporal nas ruas era o que enchia de energia e sentido aquele momento, sentimento que ressignifica o espaço urbano como um espaço de expressão política, de compartilhamento de sentidos comuns, ainda que não consensuais.

As *mídias* de grande circulação, em especial a televisão, não estiveram realmente dispostas a dar voz a setores da sociedade que se manifestavam. Em especial a televisão acabou por mascarar e velar setores sociais e demandas presentes nas Jornadas de Junho. Em um primeiro momento encobrindo ou criminalizando a presença coletiva nas ruas e, em um segundo momento, tentando identificar um sujeito coletivo homogêneo, a classe média, e domesticar a pauta de reivindicações, produzindo a sensação da centralidade de uma agenda moralizante da luta contra a corrupção.

A dualização entre manifestantes e vândalos produzia a imagem de que algumas pautas de teor mais nacionalista e difuso eram democráticas e justas, ao mesmo tempo em que eram invisibilizadas as pautas construídas mais à esquerda, como a própria questão da redução da tarifa, a desmilitarização da polícia e o fim do massacre da juventude negra, além dos ataques direcionados aos governos locais, responsáveis pela privatização das cidades. Além de imputar aos grupos mais à esquerda o “radicalismo”, por meio da construção “manifestantes *versus* vândalos” a *mídia* legitimava a violência policial e definia uma forma certa, aceitável e dócil de se manifestar.

Contra essa distorção, que suavizava as agressões da polícia, os manifestantes cantavam nas ruas: “Que coincidência, não tem polícia não tem violência!”. Mais do que denunciar a força da repressão do Estado, o que eles e elas desejavam em seus cartazes e cânticos era fazer frente a um discurso reacionário que reduz as ações diretas a meros atos de “vandalismo” e legitimam a criminalização das diferentes formas não institucionais de protesto político.

A segunda grande marcha em Belo Horizonte, que reuniu mais de 100.000 pessoas e coincidiu com outras grandes manifestações em outras partes do Brasil no dia 17 de Junho, seguiu por mais de 8 km em direção ao estádio de futebol. Ao se aproximar da barreira policial, construída nos milites da zona de exclusão da Copa do Mundo e das Confederações, uma das exigências da FIFA previstas na Lei da Copa, os manifestantes foram durante reprimidos.

Após a marcha, várias questões controversas começaram a ser identificadas pelos coletivos e movimentos sociais urbanos. Em primeiro lugar, era urgente pensar em estratégias de proteção e organização das marchas frente à desmedida agressão policial, que no contexto de Belo Horizonte, levou duas pessoas à morte e deixou muitas outras feridas. Além disso, era preciso superar preconceitos e estereótipos que marcavam agressões mútuas nas manifestações, muitas das quais em caráter de violência física eram direcionadas à partidos políticos e movimentos sociais de esquerda. Em segundo lugar, havia uma preocupação com o caráter difuso das pautas de reivindicação, que pediam melhorias justas nas políticas públicas básicas, mas demandavam uma articulação e debate mais aprofundados uma vez que elas estavam sendo integradas na construção de pautas mais conservadoras como a moralização do debate sobre a corrupção. Era necessário construir pautas e entendimentos comuns, concretos e capazes de gerar transformações políticas no contexto das cidades e do país.

A experiência face a face nas ruas, praças e viadutos ocupados foi fundamental para fazer frente às descaracterizações *midiáticas*. As redes sociais, que tiveram uma grande importância na convocação de atos e circulação de discursos e informação comunicativa, logo se revelaram absolutamente improdutivos enquanto espaços para um qualificado debate político. Pelas redes sociais qualquer um podia convocar atos, e de fato, esses passaram a ser convocados de forma difusa e constantemente confusa, uma vez que sofriam constantes mudanças de data e conteúdo. Além disso, as pessoas sentiam a necessidade de debater, entender, falar e ouvir o significado daquele momento. Pelo *facebook* não era possível construir pautas consistentes, além de narrativas, discursos e identificações capazes de dar um sentido às suas ações, isso tinha que ser feito olho no olho, corpo a corpo, de forma a resultar em transformação das subjetividades e em ganhos políticos concretos.

O papel do COPAC na convocação de reuniões entre movimentos sociais foi fundamental, ajudando na agregação de pessoas e grupos de tendências políticas diversas, em torno da realização de análises de conjuntura e debate sobre objetivos concretos comuns. Tais articulações, embora marcadas por disputas e tensões ideológicas entre grupos, começaram a desenvolver formas próprias de auto-organização e contra-informação *midiática*, com menos foco nas lideranças do que nos processos horizontais e democráticos de ação, discussão e deliberação. Neles as ideias de vanguarda da luta social, sujeito político unitário e centralidade organizativa, foram sendo progressivamente abandonadas em nome de uma unidade aberta na diversidade. Novos repertórios de ação política e estética, com o uso ampliado das novas tecnologias de comunicação e documentação, também passaram a influir sobre a ação coletiva.

Graças a essas articulações, as Jornadas de Junho em Belo Horizonte foram singulares em termos da aproximação gerada entre movimentos sociais, partidos, coletivos urbanos e pessoas de diferentes classes

sociais. Um dos espaços mais significativos criados foi a Assembleia Popular Horizontal (APH), que ocorria debaixo de um viaduto no centro da cidade.

A assembleia pretendia funcionar como um espaço descentralizado de auto-organização popular no seio de um momento histórico, confuso e em constante transformação. O seu formato, ao limitar o tempo de fala das pessoas, gerou um discurso mais polifônico, híbrido, pautado mais por questões e objetivos concretos do que por debates teóricos que demarcassem diferenças ideológicas.

As assembleias ocorriam quase todos os dias, entre as manifestações, e duravam muitas horas, contando com a participação de mais de 5.000 pessoas por sessão em junho. Nesses espaços vozes e discursos coletivos iam se formando. É bem verdade que no universo de 100.000 pessoas, a assembleia não podia representar a todos os que estavam se manifestando. Entretanto, pela sua diversidade e caráter aberto, ela era bem representativa de uma posição mais à esquerda. É claro que nesses espaços de comunicação operam lógicas e estratégias de comunicação, ação e influência nos processos políticos desiguais, porque marcadas por um acesso diferenciado às mídias e aos recursos retóricos contextualmente pertinentes. Como discute Iris Marion Young (2001) a comunicação é perpassada por várias lógicas de poder, que marcam a relação entre saberes e titulares de saber, entre mulheres, homens, homossexuais, estudantes de classe média e de periferia, jovens e idosos, etc.

As articulações criadas foram também fundamentais para gerar um processo de diálogo mais democrático com os governos quando os representantes públicos procuraram atores coletivos para dialogar. Em Belo Horizonte o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa foi convidado para uma reunião com o governador nas vésperas de um grande ato, estratégia clara de mediação do político como não agressor e aberto ao diálogo. Com a articulação que já havia se construído na cidade, o COPAC teve condições de negar o seu protagonismo enquanto representante das manifestações, não assumiu compromissos com o Estado, e abriu uma via direta de diálogo entre o povo organizado na APH e os poderes públicos, contrariamente ao que pretendia o governador. Esse processo gerou um espaço de maior confiança dentro da Assembleia e estimulou a construção de Grupos de Trabalho (GTs) depois de junho, que promoviam debates públicos sobre as pautas levantadas durante as manifestações, articulações entre pessoas e coletivos e, em alguns casos, deu origem a movimentos sociais.

Logo após junho, as articulações criadas realizaram a ocupação da câmara dos vereadores pela redução no preço da passagem. Essa ocupação, que durou uma semana, fortaleceu o processo de encontro e reconhecimento entre as pessoas que, juntas, intensificam o debate e a convivência por um novo modelo de cidade. A ocupação não apenas conquistou, em reunião com o prefeito, a redução da passagem em R\$ 0,15, mas também mostrou que de forma auto-organizada é possível ter ganhos concretos para toda a população. O COPAC, por sua vez, se ampliou e conquistou, junto com os trabalhadores informais, a volta de duas feiras populares para o espaço do estádio de futebol.

Os GTs também surtiram efeitos surpreendentes na cidade. O GT de mobilidade se transformou no movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte, já que na cidade não havia uma articulação de luta pelo passe livre. O Tarifa Zero começa o ano de 2014 queimando catracas pela cidade. No interior o GT de Reforma Urbana, dois movimentos sociais de luta por moradia e reforma urbana, Brigadas Populares e MLB, que pouco dialogavam naquele então, construíram juntos a ocupação da prefeitura de Belo Horizonte, em que participaram os moradores de diversas ocupações urbanas da cidade. Tal processo, que em outras épocas geraria forte repressão e criminalização, teve amplo apoio popular graças à conjuntura de junho, politizou o debate sobre o direito à cidade e à moradia adequada e resultou em várias novas ocupações com cerca de 15.000 famílias no total.

Como definiu as Brigadas Populares na carta destinada à Universidade Popular dos Movimentos Sociais:

Ao contrário do que pretendiam partidos à direita, os protestos de junho não se deixaram capturar pelas armadilhas da intolerância (discurso reacionário), contrário a diversidade de opiniões e inimigo de organizações populares de orientação à esquerda. Por sua vez a política tradicional perdeu espaço, em especial os partidos institucionalizados. Novos sujeitos dispostos a fazer política nasceram das manifestações e reivindicam sua autodeterminação. (Brigadas Populares, 2013).

5. Conclusão

Embora as Jornadas de Junho tenham sido marcadas pela presença massiva das classes médias, as manifestações de rua nos meses seguintes ganharam um caráter progressivamente mais popular. Se houve algo de importante que as Jornadas de Junho geraram foi o sentido de que é possível, ético e necessário lutar.

A luta contra a FIFA e contra as violações de direitos no contexto da Copa do Mundo foi um grande tema de convergência entre movimentos, organizações e sujeitos em diversas cidades que foram sede da Copa das Confederações. As conquistas políticas dessa jornada de lutas perpassam desde o desmascaramento da FIFA enquanto grande empresa privada internacional, que produz megaviolações de direitos no país, além de importantes e concretos ganhos para os trabalhadores informais. Uma das maiores conquistas desse processo foi a construção de uma unidade a partir das ruas.

Os grupos que, muitas vezes, estando ou não organizados, temiam expressar a sua indignação sentem-se hoje mais encorajados a trabalhar dentro de um espaço estratégico não institucional e insurgente. O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa, mais fortalecido, segue congregando diferentes movimentos sociais e coletivos urbanos na cidade, buscando fazer uma ponte entre as demandas estruturais desses grupos organizados e a pauta de luta dos atingidos, além de realizar a conexão desses processos com outros contextos nacionais.

Não por acaso Belo Horizonte foi a cidade escolhida para sediar o *I Encontro de Atingidos por megaeventos e megaprojetos de desenvolvimento*, que agregou cerca de 1.000 pessoas de todas as cidades sede da Copa do Mundo no Brasil para a construção de uma pauta política unificada, e que não se encerra na Copa, e de uma agenda unificada de lutas.

As primeiras manifestações unificadas contra a Copa do Mundo em 2014 revelam os ganhos desse processo de agregação de pautas e movimentos. No dia 15 de Maio se iniciou a agenda de lutas unificada contra a Copa do Mundo, com múltiplos protestos em todo Brasil. Essa agenda questiona de forma incisiva o atual modelo neoliberal de políticas públicas no campo e na cidade e a criminalização do dissenso e do protesto.

Além dessa agenda unificada, atos que contestam a realização da Copa do Mundo tais como greves, ocupações e marchas se intensificam por todo o país. Com articulações mais consolidadas e discussões mais amadurecidas as manifestações no contexto da Copa em 2014 serão talvez capazes de envolver os setores mais excluídos da sociedade, aqueles que mais foram afetados com a realização da Copa do Mundo e que mais precisam ver mudanças profundas e concretas no país.

6. Referências Bibliográficas

- Alonso, Angela (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate, *Lua Nova*, nº 76, 49-86.
- ANCOP, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2013). *Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos*, 2ª Ed.
- Avritzer, Leonardo (2010). O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 205-221.
- Brigadas Populares (2013). *Direitos Humanos em Movimento: as organizações, as instituições e a rua – as cartas*, 109-117 (no prelo).
- Chomsky, Noam (2002). *A manipulação dos média: os efeitos extraordinários da propaganda*, Lisboa: Inquerito.
- De Paula, Marilene; Bartelt, Dawid Danilo (Orgs.) (2014). *Copa para quem e para que? Um olhar sobre os legados dos mundiais no Brasil, África do Sul e Alemanha*, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 1ª Ed.
- Maricato, Ermínia (2011). Metrôpoles desgovernadas, *Estudos Avançados*, 25.
- Mendes, José Manuel (2004). Média, públicos e cidadania: algumas notas breves, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 147-158.
- MPL, Movimento Passe Livre (2013). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo, 1ª Ed.

Gohn, Maria da Glória (2011). Movimentos Sociais na Contemporaneidade, *Revista Brasileira de Educação*, 16, 47, 333-513.

Rolnik, Raquel (2013). Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo, 1ª Ed.

Rolnik, Raquel (2012). Remoções forçadas em tempos de novo ciclo econômico, *Carta Maior*, 28 de Outubro. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Remocoes-forçadas-em-tempos-de-novo-ciclo-economico%0D%0A/4/25808>, acessado em 23/04/2014.

Santos, Boaventura de Sousa (Org.) (2003a). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, Porto: Edições Afrontamento.

Vainer, Calos; Arantes, Otilia; Maricato, Ermínia (2002). *Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*, Petrópolis: Vozes, 3ª ed.

Young, I. M. (2001). A comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In Souza, Jessé (Org.), *Democracia Hoje: Novos Desafios para a Teoria Democrática Contemporânea*, Brasília: Universidade de Brasília.

ⁱ Cartilha da Rede Jubileu Sul, Brasil (2014): *Copa para que(m)? Quem vai pagar a Conta?*

ⁱⁱ Notícia disponível em: http://www.lancenet.com.br/minuto/Prefeito-BH-educacao-investir-Copa_0_828517332.html. Acessado em 16/12/2012.

ⁱⁱⁱ “Copelada” é a Copa em que todos podem participar, trata-se de um futebol de rua, informal, que ocorre em forma de protesto bloqueando alguma rua ou praça da cidade.

^{iv} Alguns movimentos convocados se negaram a participar e estiveram afastados de quase todo o processo por se oporem ao tensionamento político durante a Copa do Mundo e Copa das Confederações, muitos dos quais preocupados com o que isso poderia gerar no campo político nacional.